

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT06.004](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT06.004)

## ASPECTOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E RENDA RELACIONADOS AO SEXO E A COR: UM ESTUDO COM DISCENTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

**Rafael Christian de Matos**

Mestrando do Programa de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, rafaelchristiandm@gmail.com;

**Gabriel Moreira de Mello Mendes**

Graduado pelo Curso de Farmácia Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, gabrielmmendes@ufmg.br;

**Cristina Mariano Ruas**

Docente do Curso de Farmácia Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, crisrua-sufmg@gmail.com;

### RESUMO

Com a pandemia de COVID-19 as instituições de ensino precisaram se adaptar ao ensino remoto em caráter emergencial. Contudo, esta realidade atingiu de forma diferente os alunos, principalmente quando se observa grupos sociais que já apresentavam maior vulnerabilidade. As disparidades sociais envolvendo sexo e raça/cor persiste historicamente ao longo do tempo e puderam ser observadas durante o isolamento social. Desta forma, o objetivo do estudo foi avaliar a autopercepção de estudantes do curso de farmácia de uma instituição de ensino superior pública em relação à saúde, ensino e renda. Compararam-se os dados obtidos em dois períodos diferentes, em 2020 e 2021, durante o Ensino Remoto Emergencial, segmentando os resultados de acordo com a raça/cor e sexo. As características dos discentes foram descritas e as variáveis de percepção foram comparadas com a realização do teste ANOVA. Observou-se piora da percepção

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT06.004](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT06.004)

ASPECTOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E RENDA RELACIONADOS AO SEXO E A COR:  
UM ESTUDO COM DISCENTES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

de saúde por causa da pandemia no período avaliado, sendo que os grupos do sexo feminino e de raça/cor preta/parda apresentaram as maiores médias. Ademais, em relação ao trancamento do semestre na instituição, o grupo que mais se diferenciou foi do sexo feminino, independente da cor, embasando a hipótese da sobrecarga que este grupo vivenciou neste período. Em relação à renda, não houve diferença de percepção de redução de renda em nenhum subgrupo quando comparado entre os anos 2020 e 2021. Porém, quando os subgrupos foram comparados entre si, no ano de 2020, pessoas do sexo masculino, de cor/raça preto/pardo apresentaram médias superiores ao grupo do mesmo sexo de cor branca. Com os dados, é demonstrada a necessidade de fomento de políticas estudantis que priorizem os grupos mais vulneráveis, como forma de garantir a manutenção no curso e término dos estudos.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto Emergencial, Pandemia, Graduação, Desigualdades.

## INTRODUÇÃO

Com a pandemia causada pelo Coronavírus, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) suspendeu suas aulas presenciais e estabeleceu o Ensino Remoto Emergencial (ERE), um formato não presencial que permitia o distanciamento social, recomendado para reduzir o contágio pelo vírus (UFMG, 2020). Apesar dos esforços para manutenção da qualidade do ensino e apoio aos estudantes, esse modelo pode trazer diversos impactos, principalmente quando observado fatores socioeconômicos, sendo necessário conhecê-los para buscar atenuá-los (NEVES, VALDEGIL e SABINO, 2021).

Prejuízos na saúde mental devido à falta de contato social, principalmente com outros estudantes, foram notados durante o período de distanciamento físico. Discussões têm se dado em busca da melhor alternativa para a redução dos impactos. O atendimento individual aos estudantes e atividades em grupo virtuais são atividades que podem mitigar estes efeitos (BARTMEYER & SALLES FILHO, 2020). Somado a estes problemas, tem-se uma preocupação com a entre gêneros e raça/cor dentro das universidades, devido aos às desigualdades históricas.

Os cursos de Farmácia no Brasil, segundo dados do INEP de 2010, são compostos majoritariamente por mulheres, entretanto mesmo com esse número superior aos homens não representa uma igualdade no tratamento dos dois gêneros (RICCOLDI & ARTES, 2016). Um dos principais problemas sofridos pelas mulheres é a sobrecarga motivada pela necessidade da combinação entre a vida acadêmica e os cuidados domésticos, tendo em vista que mesmo trabalhando fora de casa, desempenham mais horas com essas atividades, ainda vistas como responsabilidade feminina (RICCOLDI & ARTES, 2016; SAFFIOTI, 2004). Esse impacto aumenta-se ainda mais com a permanência por mais tempo em casa, devido ao contexto pandêmico.

Além disso, socialmente, outro grupo que sofre de uma grande desigualdade são os negros. Segundo Albernaz et al. (2002), a análise desse grupo deve ser associada com fatores históricos e culturais. Ademais, de acordo com Faro e Pereira (2011) essa inequidade é muitas vezes refletida na saúde física e mental desses indivíduos.

Muitas vezes esse impacto na saúde é devido a um aumento dos estressores nessa população e, não diferente, essa desigualdade pode ser observada na educação. Logo, o estudo dessa população também tem grande relevância para identificar se estão sendo intensamente prejudicados com a mudança para o ERE.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi avaliar a autopercepção de estudantes do curso de farmácia de uma instituição de ensino superior pública em relação à saúde, ensino e renda. Compararam-se os dados obtidos em dois períodos diferentes, em 2020 e 2021, durante o Ensino Remoto Emergencial, segmentando os resultados de acordo com a raça/cor e sexo. O resultado do estudo, obtido através do teste de comparação das médias, corroborou outros estudos na literatura.

## **METODOLOGIA**

Foi realizado estudo observacional realizados a partir de questionários virtuais veiculados via Google Form<sup>®</sup> aos alunos do curso de Farmácia de uma instituição de ensino superior da região sudeste. A divulgação da pesquisa foi realizada por e-mail institucional e pelas mídias sociais. A coleta de dados ocorreu nos anos de 2020 (20/09/2020 a 28/09/2020) e 2021 (25/06/2021 a 09/07/2021), os quais representaram, respectivamente, o primeiro e o segundo ano do ERE na instituição.

Para ser incluído no estudo, o estudante deveria ter respondido estes dois questionamentos e ter aceitado participar da pesquisa, com concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os questionários abrangiam aspectos sociais, econômicos e de percepções educacionais e de saúde. Com relação às características dos estudantes, as duas variáveis dependentes do estudo foram sexo e raça/cor. As perguntas para estas características foram: “Qual o seu sexo?” (Feminino ou Masculino) e “Qual a sua cor/raça?” (Amarelo, Branca, Parda, Preta e prefiro não responder).

Quanto às variáveis independentes, consideraram-se aquelas relacionadas à auto percepção educacional, de saúde e de renda. As variáveis eram afirmativas avaliadas por meio de escala *likert* que variava de 1 a 5, sendo 1 menor concordância e 5, maior níveis

de concordância. Assim, foi possível estabelecer comparações de médias entre os grupos avaliados. As variáveis foram as seguintes: “Me sinto doente por causa da pandemia”; “Me sinto doente por causa do ERE”; “Estou pensando em trancar o semestre do ERE”; “Estou pensando em trancar o semestre do ERE” e “A pandemia provocou redução da minha renda”.

Foram realizadas análises descritivas das variáveis e comparação entre grupos. Para a comparação foram considerados os seguintes grupos: branco/feminino, preto-pardo/feminino, branco/masculino, preto-pardo/masculino. Foram agrupados na categoria branca, as pessoas que se autodeclararam brancas e amarelas e na categoria preto-pardo, as pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas. Fez-se análises estatística de comparação de médias (ANOVA) por meio do *software* GraphPrism v. 9.0<sup>®</sup> comparando os diferentes subgrupos dentro das variáveis.

O estudo faz parte do projeto intitulado “Acompanhamento de discentes, docentes e egressos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG sob n° 15414619.0.0000.5149. O TCLE foi disponibilizado antes da coleta das informações e foi encaminhado automaticamente para o e-mail do aluno respondente.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos anos de 2020 e 2021 a instituição contava com 1025 e 1153 alunos matriculados, sendo que destes 39,1% (401) e 33,8% (390) responderam ao questionário. De acordo com os critérios de inclusão foram consideradas no estudo 380 e 369 respondentes, respectivamente, em 2020 e 2021. O perfil social dos alunos está descrito na tabela 01. A maioria era do sexo feminino, raça/cor branca, concluiu o ensino médio em escola pública, não apresenta deficiência, estava nos períodos iniciais do curso, cursava o curso no turno diurno e não havia utilizado cotas para ingresso na universidade.

**Tabela 1** – Características dos alunos do Curso de Farmácia de uma instituição de ensino superior na região sudeste, 2020 e 2021

Características		2020		2021	
		N	%	N	%
Sexo	Feminino	301	75,1	285	73,1
	Masculino	100	24,9	105	26,9
Cor/raça	Amarelo	7	1,7	6	1,5
	Branca	209	52,1	218	55,9
	Parda	136	33,9	118	30,3
	Preta	35	8,7	33	8,5
	Prefere não responder	14	3,5	15	3,8
Ensino médio em escola pública	Não	178	44,4	182	46,7
	Sim	223	55,6	208	53,3
Deficiência	Não	391	97,5	385	98,7
	Sim	10	2,5	5	1,3
Período Acadêmico	1º ao 4º	186	46,4	192	49,4
	5º ao 9º	164	40,9	161	41,4
	Acima do 10º	28	6,9	36	9,3
Turno	Diurno	249	62,1	228	58,5
	Noturno	152	37,9	162	41,5
Cotas	Não	232	57,9	238	61,0
	Sim	169	42,1	152	39,0

Avaliou-se a percepção dos estudantes em relação à saúde, aos estudos e renda. A escala de avaliação/concordância com as afirmativas variou de 1 a 5. Assim, foi possível comparar as médias entre diferentes categorias sociais (Gráfico 1). Observou-se aumento da média de autopercepção de adoecimento por causa pandemia no período avaliado (2020-2021) para os subgrupos branco/feminino ( $p=0,0156$ ) e preto-pardo/feminino ( $p=0,0004$ ), com diferenças estatisticamente significativas. Para os subgrupos preto-pardo/masculino ( $p=0,9876$ ) e branco/masculino ( $p=0,9869$ ), não houve diferença.

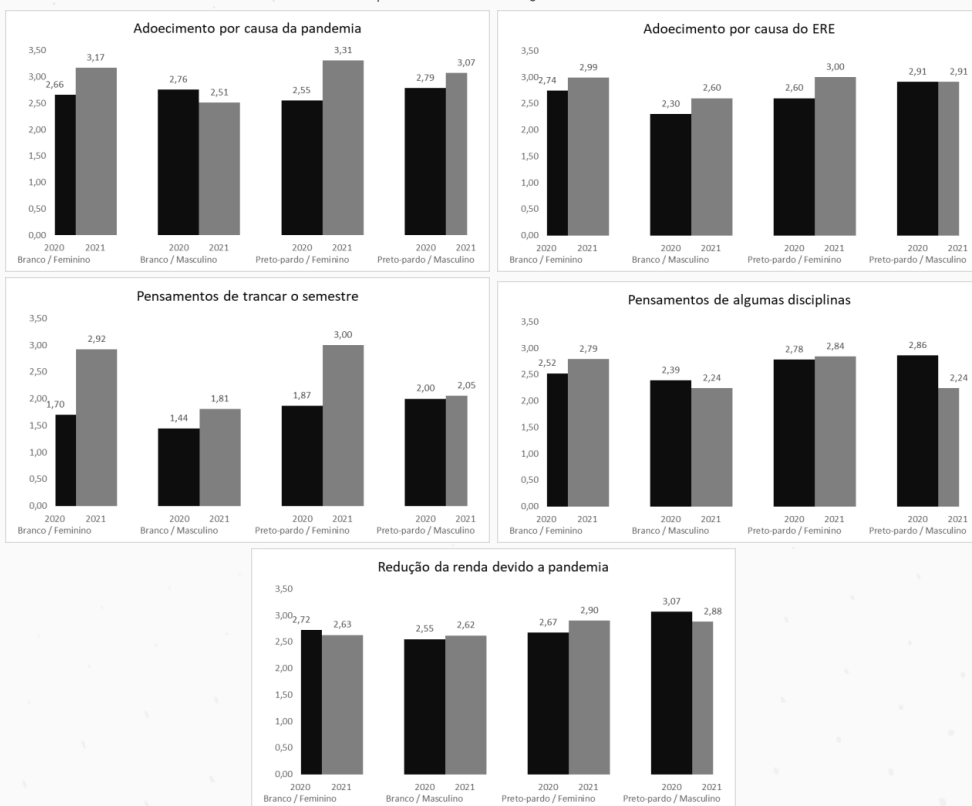
Em 2020, não se observaram diferenças entre os subgrupos branco/feminino e preto-pardo/feminino nem para adoecimento por causa da pandemia ( $p=0,8817$ ) nem por causa do ERE ( $p=0,8446$ ). E entre os subgrupos preto-pardo/masculino e branco/masculino ( $p=0,9994$  e  $p=0,1305$ , respectivamente). De forma semelhante, também não foi observada diferença das médias entre mulheres (geral) e homens (geral) para o recorte pandêmico ( $p=0,2859$ ) e para o contexto do ERE ( $p=0,5005$ ). No ano de 2021, de forma semelhante também não se observaram diferenças entre os subgrupos branco/feminino e preto-pardo/feminino nem para adoecimento por causa da pandemia ( $p=0,8168$ ) nem por causa do ERE ( $p=0,9999$ ). Contudo, entre os subgrupos preto-pardo/masculino e branco/masculino houve diferença estatística para o sentimento de adoecimento por causa da pandemia ( $p=0,0020$ ) e não por causa do ERE ( $p=0,6815$ ). Ademais, observaram-se maiores médias entre mulheres (geral) que entre homens (geral) para o recorte pandêmico ( $p=0,0035$ ) e para o contexto do ERE ( $p=0,0018$ ). Na comparação dos diferentes sexos em brancos, obteve-se média superior (maior adoecimento) entre mulheres quando comparados com homens ( $p=0,0307$ ); e preto-pardo/feminino frente ao grupo branco/masculino ( $p=0,0067$ ) para o adoecimento por causa da pandemia. De forma semelhante, considerando-se especificamente o adoecimento por causa do ERE, houve diferença estatisticamente significativa entre os subgrupos branco/feminino e branco/masculino ( $p=0,0302$ ).

Os estudantes foram questionados se pensavam em trancar o semestre ou algumas disciplinas durante o ERE. Observou-se aumento no período avaliado (2020–2021) nos subgrupos branco/feminino ( $p<0,0001$ ), preto-pardo/feminino ( $p<0,0001$ ); sem alteração na necessidade de trancamento nos subgrupos branco/masculino ( $p=0,6624$ ) e preto-pardo masculino ( $p>0,9999$ ). Na avaliação entre os sexos, no ano de 2021, obteve-se maior média da população feminina quando comparado o subgrupos branco/feminino com branco/masculino ( $p<0,0001$ ) e preto/masculino ( $p<0,0001$ ); e quando comparado o grupo preto-pardo/feminino com os grupos branco/masculino ( $p<0,0001$ ) e preto/masculino ( $p<0,0001$ ). Com relação ao trancamento de disciplinas, não houve diferença entre os grupos comparados ( $p>0,05$ ).



No que tange à renda, não houve alteração estatisticamente significativa na percepção de redução de renda no período avaliado (2020-2021): preto-pardo/feminino ( $p=0,9566$ ) e branco/masculino ( $p>0,9999$ ), branco/feminino ( $p=0,9994$ ) e preto-pardo/masculino ( $p=0,9993$ ). Em 2020, diferenças estatisticamente significativas foram observadas entre os subgrupos preto-pardo/masculino, comparado ao branco/masculino ( $p=0,0067$ ).

**Gráfico 1:** Percepção dos estudantes do curso de Farmácia de uma instituição de ensino superior pública da região sudeste em relação à saúde, aos estudos e renda, estratificado por sexo e raça/cor 2020 e 2021.



Com os resultados foram observadas diferenças entre os grupos avaliados. As peculiaridades sociais e culturais de cada grupo social e a forma como se comportaram durante o momento pandêmico se deve, em parte, às desigualdades e disparidades sociais que são agravadas pela crise de saúde vivenciada e não somente por fatores biológicos (SIMBA e NGCOBO, 2020).



Desta forma, antes de discutir os resultados encontrados, é necessária a contextualização das variáveis dependentes do estudo ao contexto pandêmico. Em relação ao sexo, desde o início da pandemia de COVID-19, a Organização das Nações Unidas alertou sobre suas desigualdades:

A COVID-19 não é apenas um desafio para os sistemas de saúde globais, mas também um teste do nosso espírito humano. A recuperação deve levar a um mundo mais igualitário que é mais resiliente a crises futuras. Estímulos fiscais e medidas de emergência para resolver as lacunas de saúde pública foram colocados em muitos países para mitigar os impactos da COVID-19. É crucial que todos os países coloquem as mulheres e meninas - sua inclusão, representação, direitos, resultados sociais e econômicos, igualdade e proteção - em seu centro para que tenham os impactos necessários. Não se trata apenas de retificar antigas desigualdades, mas também sobre a construção de um mundo resiliente. É do interesse de não apenas mulheres e meninas, mas também meninos e homens. As mulheres serão as mais atingidas por esta pandemia, mas também serão a espinha dorsal da recuperação nas comunidades (Organização das Nações Unidas, 2020, tradução própria).

As disparidades sociais, entre os diferentes sexos, podem ser exemplificadas pelo fato cultural de mulheres, em momentos de crises sanitárias, assumirem maiores responsabilidades de cuidado, de maneira formal, na perspectiva trabalhista ou informal, no contexto social, comprometendo muitas vezes a própria saúde mental (GAUSMAN e LANGER, 2020). Além disso, quadros gestacionais durante eventos de adoecimento comunitário também comprometem a seguridade feminina devido à necessidade constante de exposição a controles médicos e por maior susceptibilidade fisiológica do corpo neste momento, tornando-as um grupo de maior vulnerabilidade física e emocional (FAVRE *et. al.*, 2020).

Outra perspectiva que deve ser avaliada é a sobrecarga laboral vivenciada pelo sexo feminino frente ao masculino. É sabido que com o momento pandêmico forçou maior permanência doméstica das pessoas, podendo gerar sobrecarga feminina nas tarefas de casa, fazendo com que este protagonismo no cuidado da casa

possa gerar consequências de grande espectro que podem culminar, inclusive, na redução de tempo para dedicação às atividades laborais formais (BANERJEE e RAO, 2020), podendo comprometer, dentre outros, os fatores financeiros deste grupo.

Ademais, conforme alertado pelas Organizações Unidas, o período de isolamento social gerou a necessidade de um alerta de segurança com relação aos aspectos do feminicídio. Isto, pois, a necessidade de permanência em casa, fez de forma forçosa, que muitas mulheres precisassem coabitar por maior tempo o mesmo local que seus abusadores, tornando este período ainda mais perigoso para elas (ONU, 2020).

De forma análoga às questões intrínsecas do contexto abordado no trabalho com relação ao sexo, tem-se também a problemática racial. A saúde da população negra deve ser avaliada com atenção, uma vez que o racismo estrutural gera uma condição social patológica ao indivíduo, tornando-o mais propenso a diversas doenças (fator crítico diante da infecção do vírus Sars-CoV-2) e geram um cenário desigual que não pode ser desconsiderado (GARCIA *et. al.* 2021).

Considerando os impactos educacionais e econômicos que a pandemia provocou mundialmente, existe grande preocupação com relação às desigualdades a que pessoas não brancas estão sujeitas. Historicamente este grupo apresenta piores condições econômicas, sociais, educacionais e de trabalho, sendo acentuadas pela crise e recessão econômica mundial (DEPARTMENT OF EDUCATION-USA, 2021).

No cenário nacional outra problemática que deve ser mencionada se refere à questão laboral. Tem-se que no Brasil o percentil de pessoas que se declaram pretas/pardas ocupa um espaço maior no mercado de trabalho informal frente às pessoas brancas (SANTOS *et. al.*, 2020). Isto se torna crítico, uma vez que este espaço de trabalho foi fortemente afetado pela recessão gerada pela estratégia de isolamento social, principalmente no início da pandemia. Além disso, o quesito cor/raça foi inserido de forma tardia nos boletins epidemiológicos no formulário de notificação de casos leves de Síndrome Gripal da Covid-19 (BRASIL, 2020), refletindo na ausência de informações deste grupo, o que inicialmente inviabilizou a estruturação de políticas públicas dedicadas a mitigar desigualdades sociais na

transmissão e consequências da COVID-19. Desta forma, com este cenário, tem-se uma breve exemplificação de um racismo estrutural presente no país que precisa ser combatido em diversos níveis para possibilitar uma promoção mais equitativa de direitos básicos da população (SANTOS *et. al.*, 2020).

Outra preocupação, acerca das condições econômicas, com a população de pessoas pardas e pretas, é sobre o quesito moradia, o qual foi essencial neste período que demandou recolhimento domiciliar. Historicamente, a população branca recebe em média maior rendimento mensal que pessoas não brancas, além de ter acesso a melhores condições de saneamento básico e água tratada, evidenciando a necessidade do recorte racial para análises de dados (SANTOS *et. al.*, 2021).

Contudo, embora estas discussões sejam valorosas e principiemp uma elucidação mais realista dos dados, devem sempre ser realizadas, quando possível de forma associada. Um gênero se difere em questões raciais por adentrarem em camadas mais complexas de questões sociais estruturais e de preconceito e vice-versa (ONU MULHERES, 2020). Além disso, conforme explicitado abaixo pela ABRASCO, diante da crise sanitária instaurada pela pandemia de COVID-19 os fatores de raça e gênero precisam ser considerados:

As desigualdades sociais e raciais do Brasil estão assentadas numa matriz de opressão interseccional colonial, patriarcal e classista. Com mais de 162 mil mortes decorrentes da pandemia da Covid-19, o país enfrenta uma crise sanitária, política e econômica que incide com maior força na população preta, pobre e de mulheres. A formulação e a implementação de políticas públicas de enfrentamento das desigualdades, particularmente num contexto pandêmico, exigem que se considerem os marcadores sociais de diferença de raça, classe e gênero (ABRASCO, 2021).

Desta forma, com um olhar crítico da segmentação de preconceito e vulnerabilidade destas populações pode-se interpretar de forma cuidadosa os resultados do estudo. Iniciando pelas variáveis de saúde é possível observar piora da percepção de saúde no segundo ano de ERE (2021) frente ao primeiro (2020) com relação a variável “Me sinto doente por causa da pandemia”. Este aumento

retrata a preocupação com a saúde populacional de forma generalizada, uma vez que durante o período pandêmico a alteração de hábitos diários gerou e/ou aumentou sintomas de ansiedade e depressão, além de problemas de distúrbios de sono e dificuldades temperamentais diante da mudança abrupta dos hábitos diários inesperadas (PROWSE *et. al.*, 2020).

No contexto da saúde educacional não foi possível identificar diferenças estatisticamente significativas entre as médias da maioria dos grupos comparados considerando as respostas à variável “Me sinto doente por causa do ERE”. Isto pode ser reflexo do cuidado da instituição na adaptação das atividades acadêmicas ao ensino remoto para que o processo ocorresse de forma efetiva, conforme era possibilitada na situação.

Esta preocupação, abrangeu todo o aspecto educacional no ensino superior e a literatura relata que foi maior nos cursos que possuíam práticas médicas, diante da inviabilidade da vivência de técnicas práticas no período de isolamento social (FERREL e RYAN, 2020). Desta forma, embora as demandas estudantis não pudessem ser completamente supridas, grande esforço para saná-las foi realizado por meio da ampliação da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as quais demandaram grande adaptabilidade e esforço discente e docente. Contudo, quando as TICs foram intensificadas, elas geraram grande sentimento de impotência e frustração, nos alunos, diante da percepção da necessidade da vivência presencial nos cursos de ciências médicas para a formação técnica destas grades (OLIVEIRA *et. al.* 2021).

Contudo, é possível observar uma piora acentuada da percepção de saúde por causa da pandemia no grupo de pessoas do sexo feminino, acentuada no ano de 2021, frente ao do sexo masculino, principalmente ao se comparar o grupo de cor branca dos diferentes sexos. Isto pode ser reflexo de sintomas secundários, uma vez este grupo estudantil apresenta maiores taxas de percepção de transtorno obsessivo-compulsivo, depressão, ansiedade, apresentação de sintomas físicos, fobia e saúde mental em geral no período pandêmico frente ao grupo masculino (ABUHMAIDAN e AL-MAJALI, 2020; PAULA *et. al.* 2022).

Além disso, estudantes do sexo feminino tiveram outros fatores estressores frente ao do sexo masculino. Estas apresentaram maior

preocupação com medidas preventivas à COVID (como maior atenção à limpeza de superfícies), além de apresentarem maior taxa de estresse nas relações, tornando o período de convivência domiciliar mais dificultoso, com reflexos na percepção de saúde (GIUDICE *et. al.*, 2022).

Somado a isto, outro fator que interfere na percepção de saúde, principalmente com relação ao ERE, é a sobrecarga feminina (MESSIANO *et. al.* 2021). Com isso, as mulheres têm menos tempo para lazer, prática de atividades física ou simplesmente para descansar (MATOS, MENDES e RUAS, 2021).

Com relação à questão racial, embora na variável “me sinto doente por causa do ERE” um caráter heterogêneo nas respostas tenha sido observado, para a variável “Me sinto doente por causa da pandemia” é possível observar que pessoas pretas tiveram scores mais altos que pessoas brancas. Esta percepção de saúde piorada é refletida também nos dados epidemiológicos, nos quais se percebe maior taxa de mortalidade na população negra frente a Covid-19, além do relato de menor renda familiar, piores condições de acesso à moradia, saneamento básico e internet neste período (SANTOS *et. al.* 2020).

Ademais, neste período crítico a saúde pública a discriminação racial se tornou latente diante de alguns líderes de nações que verbalizaram publicamente frases discriminatórias (DEVAKUMAR, 2020). Desta forma, além dos fatores de saúde associados à pandemia gerou-se um clima não saudável para a população preta, comprometendo a sua saúde (LAURENCIN e WALKER, 2020).

Em relação à variável “Estou pensando em trancar o semestre do ERE”, pode ser visto uma piora maior no cenário em relação à população feminina. Isso pode estar fortemente relacionado com a piora em outros fatores, como o “Me sinto doente por causa da pandemia”. Uma maior evasão feminina já foi observada em estudos relacionados à educação a distância, presencial e em outros estudos relacionados ao ERE em outras instituições (JORGE *et al.*, 2010; NUNES, 2021). Muitas vezes, devido à necessidade de conciliação entre os cuidados domésticos e os estudos e a falta de tempo para conseguir lidar com isso impacta nessa intenção (SAFFIOTI, 2004; NUNES, 2021).

No que tange a variável “A pandemia provocou redução da minha renda”, a variável dependente que se demonstrou como diferença de média foi a questão da raça/cor, no grupo de pessoas do sexo masculino, no ano de 2021. A preocupação econômica com a população negra no período da pandemia é latente, uma vez que estas pessoas ocupavam maior taxa de serviço de contato direto com o público e com menor reconhecimento salarial, fazendo com que além de receberem menos estavam mais susceptíveis a infecção por COVID-19 (HARDY e LOGAN, 2020). Além disso, a preocupação com a pandemia é que ela exacerbou as diferenças que já existiam previamente (MATTA *et. al.*, 2021), fazendo com que deixasse mais acentuada a diferença salarial que já existia previamente na qual, para a mesma função, homens recebiam mais do que as mulheres (sendo que estas muitas vezes apresentam maior grau de instrução nas atividades que desempenham) (BATISTA e CACCIAMALI, 2009) e pessoas brancas recebiam mais do que pessoas não brancas (FRANÇA *et. al.* 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São necessárias discussões sistemáticas e focadas em grupos segregados culturalmente por questões sociais injustificáveis e que geram grande prejuízo e atraso geracional. A avaliação da percepção de estudantes estratificada pelas condições sociodemográficas corroboram a estas discussões. Ressalta-se a necessidade de acompanhamento dos estudantes e políticas sociais que garantam a manutenção no curso, sobretudo nos grupos mais vulneráveis, como as mulheres e as pessoas que se autodeclaram pardos/pretos (independente do sexo).

## AGRADECIMENTOS

Aos docentes da Faculdade de Farmácia da UFMG: Dr. Adriano Max Moreira, Dra. Ana Paula Lucas Mota, Dra. Cristina Vianna Duarte, Dra. Flávia Beatriz Custódio, Dra. Maria Aparecida Gomes, Dra. Mariana Martins Gonzaga do Nascimento e Dra. Simone de Araújo, à Técnica em Assuntos Educacionais Aidê Cristina Silva Teixeira e os discentes de graduação Thais de Souza Sales e Ronald



de Figueiredo Nascimento e pós-graduação Maria Vilas Boas, que compõem o projeto. A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFMG), ao colegiado e Núcleo Docente Estruturante do curso de Farmácia da UFMG pelo apoio dado para desenvolvimento do estudo.

## REFERÊNCIAS

ABRASCO. População Negra e Covid-19. 43p., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.52582/PopulacaoNegraeCovid19>.

ABUHMAIDAN, Y.; AL-MAJALI, S.. The impact of the coronavirus pandemic on mental health among al ain university students in light of some demographic variables. *Psychiatria Danubina*, V.32, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24869/psyd.2020.482>

ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco H.G.; FRANCO, Creso. Qualidade E Eqüidade Na Educação Fundamental Brasileira, 2002. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/175942/1/td455.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BANERJEE, D.; RAO, T.S.S. Sexuality, sexual well being, and intimacy during COVID-19 pandemic: An advocacy perspective. *Indian Journal of Psychiatry*, v. 62, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry\\_484\\_20](https://doi.org/10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_484_20)

BARTMEYER, Susana Maria; SALLES FILHO, Nei Alberto. O DIREITO HUMANO DAS MULHERES À EDUCAÇÃO E A PANDEMIA DA COVID-19: uma análise da sobrecarga das estudantes da uepg. *Revista Educ@ção Científica*, [S.L.], v. 4, n. 8, p. 1043-1060, 26 out. 2020. *Revista Científica Educacao Online*. <http://dx.doi.org/10.46616/rce.v4i8.106>.

BATISTA, N. N. F.; CACCIAMALI, M. C.. Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.26, 200. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982009000100008>



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Nota Técnica n.20/2020 SAPS/GAB/SAPS/MS dispõe sobre Notificação Imediata de Casos de Síndrome Gripal via plataforma do eSUS VE e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) hospitalizado no SIVEP-Gripe,. Disponível em: <[https:// egestorab.saude.gov.br/image/?file=20200429\\_N\\_NotaTecnica20Notificacaolme-](https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20200429_N_NotaTecnica20Notificacaolme-)

DEPARTMENT OF EDUCATION-USA. Education in a Pandemic: The Disparate Impacts of COVID-19 on America's Students, 61p. 2021. Disponível em: <https://www2.ed.gov/about/offices/list/ocr/docs/20210608-impacts-of-covid19.pdf>

DEVAKUMAR, D.; et al.. Racism and discrimination in COVID-19 responses. Lancet, v. 395, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30792-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30792-3)

FAVRE, G. et. al. 2019-nCoV epidemic: what about pregnancies?. Lancet, v. 395, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30311-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30311-1).

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. Estudos de Psicologia, [s. l], v. 16, n. 3, p. 271-278, 2011.

FERREL, M. N.; RYAN, J. J. The Impact of COVID-19 on Medical Education. Cureus, v. 12, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.7759/cureus.7492>

FRANÇA, N. C. et. al. A decomposition analysis for socioeconomic inequalities in health status associated with the COVID-19 diagnosis and related symptoms during Brazil's first wave of infections. Economia, V.22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.econ.2021.09.002>

GARCIA, M.A. et. al. The Color of COVID-19: Structural Racism and the Disproportionate Impact of the Pandemic on Older Black and Latinx Adults. The Journals of Gerontology: Series B , Volume 76, 2021, P.75-80. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/geronb/gbaa114>

GAUSMAN, J.; LANGER A. Sex and Gender Disparities in the COVID-19 Pandemic. *Journal of Women's Health*, V. 29, Nº 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/jwh.2020.8472>

GIUDICE, V.; et al. Gender Differences in the Impact of COVID-19 Pandemic on Mental Health of Italian Academic Workers. *Journal of Personalized Medicine*, v.12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jpm12040613>

HARDY, B. L.; LOGAN, T. D. Racial Economic Inequality Amid the COVID-19 Crisis (The Hamilton Project), 2020, 14p. Disponível em: [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/08/EA\\_HardyLogan\\_LO\\_8.12.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/08/EA_HardyLogan_LO_8.12.pdf).

JORGE, B. G., et. al.. Evasão na educação a distância: um estudo sobre a evasão em uma instituição de ensino superior. Maringá: abril, 2010. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010220450.pdf>. Acesso em 03 jul 2022.

LAURENCIN, C. T.; WALKER, J. M.. A Pandemic on a Pandemic: Racism and COVID-19 in Blacks. *Cell Systems*, v.11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cels.2020.07.002>

MATOS, R. C.; MENDES, G. M. M.; RUAS, C. M. Aspectos de saúde relacionados ao sexo: um estudo com discentes no ensino remoto emergencial. *Anais VII Congresso Nacional de Educação*;2021.

MATTA, G. C. et. al. Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil: Populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080320>.

MESSIANO, J. B.; et al. Efeitos da pandemia na saúde mental de acadêmicos de medicina do 1º ao 4º ano em faculdade do noroeste paulista. *Cuidarte Enfermagem*, v.15, 2021. Disponível em: <http://www.webfipa.net/facfipa/ner/sumarios/cuidarte/2021v1/p.43-52.pdf>

NEVES, V. N. S.; VALDEGIL, D. A.; SABINO, R. N.. Ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Práticas Educativas*,

Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, [S.L.], v. 3, n. 2, p. e325271, 30 mar. 2021. Revista Praticas Educativas, Memorias e Oralidades. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47149/pemo.v3i2.5271>.

NUNES, Renata Cristina. Um olhar sobre a evasão de estudantes universitários durante os estudos remotos provocados pela pandemia do COVID-19. Research, Society And Development, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1410313022, 3 mar. 2021. Research, Society and Development. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13022>.

OLIVEIRA, W. A.; et. al. Covid-19 pandemic implications for education and reflections for school psychology. Psicologia: teoria e prática, v.23, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPC1913554>

ONU. Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women. 2020, 21p. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/06/report/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en-1.pdf>

ONU MULHERES. Mulheres negras e COVID-19. Informe v.2. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19\\_2020\\_informe2.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf)

PAULA, W. et. al. Key characteristics including sex, sexual orientation and internet use associated with worse mental health among university students in Brazil and implications. Journal of Public Health, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdab406>

PROWSE, R.; et. al. Coping With the COVID-19 Pandemic: Examining Gender Differences in Stress and Mental Health Among University Students. Frontiers in psychiatry. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.650759>

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. Ex Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre As Mulheres, [S.L.], n. 33, p. 149-161, 1 jun.

2016. Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres - APEM.  
<http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2016.33.10>.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. P. A.; et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos avançados, v.34, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>

SANTOS, V. C.; et. al. Saúde da população negra no contexto da pandemia da covid-19: uma revisão narrativa. Brazilian Journal of Development, v,7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n1-158>

SIMBA, H.; NGCOBO, S. Are Pandemics Gender Neutral? Women's Health and COVID-19. Frontiers in Global Women's Health, V.1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fgwh.2020.570666>

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução nº 02/2020 de 09 de julho de 2020. Regulamenta o ensino remoto emergencial da UFMG durante período de pandemia da doença COVID-19. Belo Horizonte, MG. jul. 2020. Disponível em: [https://ufmg.br/storage/7/2/7/c/727cdac040b9f81d6c3a531b0e-3cafe7\\_15944093123508\\_5263\\_77393.pdf](https://ufmg.br/storage/7/2/7/c/727cdac040b9f81d6c3a531b0e-3cafe7_15944093123508_5263_77393.pdf)